

ALMADA

ARQUEOLOGIA | PATRIMÓNIO | HISTÓRIA LOCAL

GRANDES PROJECTOS DA ARQUEOLOGIA PORTUGUESA

Conimbriga
Tongobriga
Mesas do Castelinho
Alcalar
Herdade dos Perdigões
Vale do Côa

O Povoado Tardo-Republicano
do Monte dos Castelinhos

Dinâmica Urbana
da zona ribeirinha de Faro

Minimizar em Arqueologia
um novo rumo?

IIª Série n.º 16
Dezembro 2008
10 euros



CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE ALMADA

O Parque Arqueológico do Vale do Côa

13 anos depois da sua criação

r e s u m o

Conjunto de textos sobre o projecto de investigação, salvaguarda e divulgação do Património promovido pelo Parque Arqueológico do Vale do Côa (Guarda). O Parque foi criado em 1996, na sequência da identificação de importantes manifestações de arte rupestre paleolítica e proto-histórica, entretanto classificadas como Património da Humanidade pela UNESCO (1998).

p a l a v r a s c h a v e

Arte rupestre; Pré-História; Proto-História; Vale do Côa.

a b s t r a c t

Set of texts about the Côa Valley Archaeological Park (Guarda) Heritage research, protection and dissemination Project.

The archaeological park was established in 1996, following identification of important Palaeolithic and Proto-Historic Rupestral Art, meanwhile classified as World Heritage by UNESCO (1998).

k e y w o r d s

Rupestral art; Prehistory; Proto-History; Côa Valley.

r é s u m é

Ensemble de textes sur le projet de recherche, sauvegarde et divulgation du Patrimoine promu par le Parc Archéologique de la Vallée du Côa (Guarda).

Le Parc a été créé en 1996, à la suite de l'identification d'importantes manifestations d'art rupestre paléolithique et protohistorique, entretemps classifiées comme Patrimoine de l'Humanité par l'UNESCO (1998).

m o t s c l é s

Art rupestre; Préhistoire; Protohistoire; Vallée du Côa.

por Alexandra Cerveira Lima

Parque Arqueológico do Vale do Côa
(acerveira@plima@sapo.pt).

Neste artigo, que com muito gosto preparamos para a Revista *Al-Madan*, procuramos dar conta de alguns aspectos essenciais do Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC), tomando como foco o seu ponto de chegada, 13 anos depois da sua criação: **o conhecimento produzido sobre a arte rupestre e os contextos arqueológicos com ela relacionáveis; a relação com o público visitante, com as comunidades residentes no Parque e as comunidades da região e, bem assim, as questões que se prendem com a conservação e ordenamento do território.** Sendo um trabalho de equipa, o artigo é escrito a várias mãos, e nele se expressam as actividades de todos os colaboradores do Parque, autores e não autores.

O texto inicia-se com a **arte rupestre**. O seu conhecimento foi essencial, num primeiro momento, para se avaliar a dimensão e magnitude do Património em causa. Nos últimos dois anos têm-se desenvolvido trabalhos com a finalidade de apresentar a arte no Museu do Côa. A equipa coordenada por António Martinho Baptista conta com três arqueólogos. A mão do desenhador Fernando Barbosa tem sido fundamental para que os levantamentos da arte do Côa reproduzam fielmente a grande mestria de traço dos caçadores-artistas do Paleolítico Superior.

É esta equipa que, juntamente com Thierry Aubry e Jorge Sampaio, que estudam no Côa a **ocupação humana datável do Paleolítico Superior**, produziu no último ano e meio conteúdos para o Museu do Côa, cuja museologia e coordenação da obra foi conduzida a partir da tutela do Parque, em Lisboa.

O Parque do Côa revelou-se, às mãos destes investigadores, um repositório de informação, guardando um importantíssimo registo arqueológico coevo da arte rupestre, sabendo-se hoje que o seu subsolo é porventura mais rico do que o que avulta ao rés da terra, e que ditou a classificação como Património mundial. A rocha 1 do Fariseu, com uma arte muito bem preservada e sedimentos arqueológicos com ela relacionáveis é, a este nível, paradigmática.

Se esta dimensão do conhecimento sobre a arte e a ocupação humana coeva foi essencial para delimitar o território do Parque, definir a área a classificar e criar conteúdos para a divulgação do Património, preparar a visita pública e o Museu do Côa, é consabido que a gestão e ordenamento de uma área protegida, seja ela parque arqueológico ou natural, assenta num profundo conhecimento do território, da formação da paisagem, do Património que guarda, sem o qual as opções de protecção, divulgação, valorização e fruição não têm fundamento nem alicerce. Uma vez aberto o Museu,

Sumário

1. O Parque Arqueológico do Vale do Côa

13 anos depois da sua criação | Alexandra Cerveira Lima, pp. 124-131

1.1. **Dos Principais Ciclos Rupestres:** balanço breve | António Martinho Baptista, pp. 126-139

1.2. **Tempos e Territórios Paleolíticos no Vale do Côa:** balanço e perspectivas da investigação do contexto arqueológico da arte | Thierry Aubry e Jorge Davide Sampaio, pp. 133-137

2. Salvaguarda e Ordenamento do Território

2.1. **A Arte do Côa e o Ordenamento do Território** | Luís Luís, pp. 137-139

2.2. **Perspectivas futuras na Conservação da Arte do Côa** | António P. Batarda Fernandes, p. 139

3. O Côa, as Comunidades Residentes e o Público Visitante

3.1. **As Visitas Regulares** | Aldina Regalo, Alexandrina Afonso e Martine Guindeira, p. 140

3.2. **Diversificação das Visitas** | André Tomás Santos, António Jerónimo e Dalila Correia, p. 140

3.3. **Actividades Educativas** | Marta Mendes, pp. 141-142

3.4. **O Projecto "Côa na Escola"** e a ocupação das férias escolares | Rosa Jardim, p. 142

3.5. **Dinamização Cultural** junto da comunidade |

Jorge Davide Sampaio e Rosa Jardim, p. 143

4. **Os Tempos do Vale do Côa** | Luís Luís, p. 144

5. **Bibliografia geral** | Pp. 143-145

promulgado o Decreto Regulamentar e encerrado assim o ciclo de criação do PAVC (desde o primeiro momento os responsáveis, e desde logo João Zilhão, decidiram que, para uma cabal divulgação, era essencial a construção de uma estrutura desta natureza), é decisivo que a investigação permaneça e se aprofunde, com recursos humanos do Parque Arqueológico, ainda que funcionem em boa medida como impulsionadores e facilitadores do trabalho de investigadores externos que aqui queiram desenvolver trabalhos.

Profundamente articulado com esta dimensão do conhecimento está o **ordenamento do território**. Como bem foca Luís Luís no texto que preparou, o Parque, que a legislação prevê que seja criado à maneira dos parques naturais, através da promulgação de um Decreto Regulamentar de criação que lhe definirá área, propósitos e condicionantes, não foi criado nestes últimos quatro anos por falta de decisão política para o efeito. Daqui resulta uma incapacidade para promover o ordenamento e disciplinar actividades e usos do território, e uma fragilidade enquanto interlocutor local. O decreto em causa estipulará o prazo

para a elaboração do plano de ordenamento que será, naturalmente, um instrumento importante para a conservação, utilização e fruição equilibradas do território.

De toda a maneira, o Parque monitoriza regularmente o território, isto é, em saídas regulares, atenta aos usos que se vão fazendo do mesmo, particularmente dos núcleos classificados. Foi também criada, ainda no tempo do ex-Instituto Português de Arqueologia, uma Extensão Territorial do Parque que desenvolve, nos quatro concelhos que abrange (Figueira de Castelo Rodrigo, Meda, Pinhel e Vila Nova de Foz Côa), as funções no âmbito da Arqueologia desempenhadas pelas outras Extensões do país, hoje dependentes do IGESPAR .

Se ao Parque compete gerir e conservar o Património arqueológico à sua guarda – e, neste âmbito, assume relevância o programa de conservação da arte rupestre –, a **divulgação e colocação em visita pública da arte rupestre** são dimensões que lhe foram também consignadas desde a sua criação. É aliás esta componente, a visita pública, que tem trazido frequentemente o Parque para as páginas dos jornais em notícias e comentários que assumem,

por vezes, contornos desproporcionados, decorrentes do desconhecimento ou de uma opção propagandística.

Desde a sua criação que o Parque assenta a visita pública em três pilares fundamentais: o respeito pelo Património arqueológico e a paisagem; a qualidade da visita, personalizada e com um tempo médio que oscila, para cada núcleo de arte, entre 1:30 horas e três horas; o acompanhamento permanente por parte de um guia que conduz o visitante até ao rio Côa e aos painéis gravados que o marginam, ajudando a interpretar uma arte que apresenta dificuldades de leitura. O número de visitantes é, assim, estreitamente dependente do número de guias disponíveis, hoje apenas nove assegurando visitas e recepções em três postos (a sede e os centros de recepção de Castelo Melhor e Muxagata) . De facto, o Parque encerra para as visitas regulares do público às segundas-feiras, mas mantém os serviços administra-

tivos, de gestão e educativos abertos, pelo que só encerra as suas portas quatro dias no ano. Com menos sete guias do que aqueles de que dispunha nos primeiros anos da sua criação, a procura por parte dos visitantes tem excedido largamente a oferta. Os visitantes que fazem visita mostram, nos inquéritos de satisfação que têm ► 127

A sua criação e a visão dos dirigentes à época estão amplamente tratadas em bibliografia que pode ser encontrada no site do Parque (<http://www.ipa-min-cultura.pt/coal>).

André Tomás Santos, que tem dado um importante contributo, nomeadamente na produção de conteúdos para o Museu do Côa, e é autor de um capítulo do último livro saído à estampa sobre a arte do Côa (Edições Afrontamento e PAVC / IGESPAR); Mário Reis, a quem tem estado cometida a prospeção sistemática da arte; Dalila Correia, que colabora na investigação e tem produzido desenhos e outros materiais necessários para o Museu. Colaboraram também, no âmbito do extinto Centro Nacional de Arte Rupestre, João Félix, essencialmente na prospeção, Manuel Almeida, prospeção e fotografia, Marcos Garcia Diez, investigação, e Rosa Jardim, desenho, entre outros colaboradores mais esporádicos.

Até há muito pouco tempo com António Batarda, recentemente com Mário Reis, em articulação com Luís Luís. Coordenado por António Batarda.

Sabemos que, com o regime legal de folgas, férias e licenças, e a rotatividade de uma escala (obrigatória, dado que o Parque não fecha aos fins-de-semana), só uma parte dos guias pode assegurar o serviço aos sábados e domingos, exactamente os momentos de maior procura.

Leia ainda, na **www.almodon.publ.pt**

A Relação Entre o Parque Arqueológico do Vale do Côa e a População Local: balanço de uma década | António P. Batarda Fernandes et al.

sido regularmente feitos, que partem das terras do Côa com vontade de regressar e de recomendar o destino⁶. Insatisfeitos ficam, naturalmente, os que não conseguem visita, por não estarem informados relativamente à necessidade de marcação prévia.

Até que o Museu abra as suas portas e a oferta possa, desse modo, aumentar – ninguém mais ficará sem algum tipo de visita: não podendo ver a arte no local, verá a sua explicação no museu –, a estratégia do Parque tem sido a flexibilização e a diversificação. Flexibilizar, procurando ajustar o mais possível o tipo de visita que se oferece aos interesses e solicitações do público: matinais, vespertinas, nocturnas⁷, de jipe, de bicicleta, de canoa, a pé... Sempre que a visita é marcada com antecedência (e não obedece ao regime da visita espontânea, não agendada, que terá de se sujeitar à oferta disponível para o dia), o Parque tem procurado responder a todo o tipo de solicitações, desde o visitante que quer partir, sem companhia, para um núcleo⁸, até aos operadores turísticos que pretendem uma apresentação em sala para grandes grupos⁹.

Diversificar em públicos, em ofertas e em recursos humanos. Criou-se um programa chamado internamente “divulgação lo-

cal”, através do qual se procuram organizar visitas para os residentes na área do Parque¹⁰. São visitas normalmente gratuitas, em que a Quinta de Ervamoira colabora com o Parque Arqueológico, oferecendo, antes ou depois da visita ao núcleo de arte rupestre da Penascosa, uma visita ao seu museu¹¹. Os visitantes são organizados por aldeia, em colaboração com as Juntas de Freguesia, por grupo profissional, de que foram exemplos as visitas aos magistrados locais, aos professores, aos comerciantes, aos bombeiros...¹².

Por outro lado, a criação de um **Serviço Educativo**¹³, permitiu diversificar a oferta e colocar outros técnicos em contacto directo com o público, colmatando também a escassez de guias¹⁴. A realização continuada de **actividades educativas e culturais** revelou-se essencial, quer na relação com a comunidade local, e particularmente a escolar, quer no número de visitantes alcançado. De facto, cerca de um quarto dos visitantes que participam numa actividade do Parque (visita guiada a um núcleo de arte, ou inserção em actividade educativa ou cultural), já a realizam neste âmbito, contando, frequentemente, com outros técnicos do Parque como responsáveis e monitores¹⁵.

Iniciou-se um trabalho permanente com as escolas locais, muito particularmente em Vila Nova de Foz Côa¹⁶, e procurou-se desenvolver oficinas e actividades educativas que complementam ou substituem a visita. Guias, arqueólogos, técnicos de conservação e restauro e técnicos administrativos, interagem com o público diversificando, enriquecendo e ampliando a oferta. Uma parte das oficinas são asseguradas por guias, as restantes por outros técnicos¹⁷.

Recentemente iniciaram-se novos tipos de visitas: as “visitas todo-o-terreno (TT)” e “uma visita, dois patrimónios mundiais”. Neste segundo caso, o visitante é conduzido até um núcleo de arte rupestre e a uma quinta vinhateira da região¹⁸. No caso das designadas “visitas TT”, os visitantes levam as suas próprias viaturas em caravana aberta por um jipe do Parque, com um guia e um especialista em viaturas todo-o-terreno, também do Parque¹⁹. Assegura-se deste modo a colocação em visita pública do núcleo do Fariseu que, por ser um local de acesso mais difícil e com painéis menos numerosos e de mais árdua visualização (os melhores painéis estão submersos...), não oferecia condições apropriadas para as visitas regulares de um público dito mais geral. ► 129

⁶ Inquéritos coordenados inicialmente por António Batará, actualmente por Ângela Junqueiro, guia do Parque com licenciatura e pós-graduação na área do Turismo.

⁷ Realçamos o grande interesse que têm estas visitas, por possibilitarem uma excelente visibilidade e por serem uma interessante alternativa aos picos de calor de uma tarde de Verão no Côa. Destacamos o pioneirismo de guias como José Pedro Branco, António Jerónimo e Pedro Nuno Pinto, que aceitaram arrancar com esta nova modalidade, como com outras visitas que abrem novos percursos e propostas. E são efectivamente os guias a face pública e quotidiana do Parque.

⁸ Estas visitas mais demoradas, muitas vezes de investigadores, estudantes, artistas ou operadores turísticos, são normalmente enquadradas pela arqueóloga Dalila Correia ou pelo guia do Parque António Jerónimo.

⁹ A criação de um Serviço de Marcações, de que é actualmente esteio a guia Martine Guindeira, em estreita relação com Alexandrina Alonso, com licenciatura na área das Relações Públicas e Comunicação Social, e que gere a escala dos guias, tem permitido responder a estes distintos interesses dos diferentes públicos.

¹⁰ Uma guia, Delfina Bazaréu, natural de Vila Nova de Foz Côa, tem a seu cargo estas visitas.

¹¹ Oferece também um Porto de honra. Cabe aqui realçar que, para as pessoas ligadas à restauração local, a Quinta de Ervamoira ofereceu um almoço na Quinta, que complementou da melhor forma uma visita que o Parque organizou ao núcleo da Penascosa.

¹² Na realização destas visitas, para além da Quinta de Ervamoira, têm colaborado também as Juntas de Freguesia e as Câmaras Municipais da área do Parque.

¹³ A fundação deste serviço deve-se a Marta Mendes, arqueóloga do Parque que teve entretanto formação na área dos Serviços Educativos e elaborou, em 2004-2005, um documento fundador do SE do PAVC, que tem coordenado. Têm trabalhado nas actividades educativas mais regularmente Ângela Junqueiro, já referida, e Cristina Rebelo, guia do Parque com formação superior em Comunicação e Relações Públicas. Rosa Jardim, licenciada em Conservação e Restauro, ramo Arqueologia da Paisagem, tem assegurado a coordenação de parte destas actividades, bem como, com Jorge Sampaio, o programa de actividades culturais de Agosto e Dezembro e as exposições itinerantes.

¹⁴ O PAVC iniciou as visitas aos núcleos de arte rupestre com 16 guias no quadro. Dispõe neste momento apenas de dez e só nove, como ficou dito, desempenham funções de guia.

¹⁵ Em 2008, foram envolvidos em actividades educativas e culturais 4997 visitantes do Vale do Côa (destes, 2785 em acções no Vale mas fora dos limites do PAVC). As visitas guiadas aos núcleos de arte rupestre com emissão de bilhete foram 12 956, enquanto o total de visitantes com actividades educativas, culturais ou visita guiada no Vale do Côa foi de 17 953.

¹⁶ O projecto “O Côa na Escola”, coordenado por Rosa Jardim, procura integrar actividades do Parque no percurso educativo dos alunos, para o que se tem contado com a colaboração do Agrupamento de Escolas e de várias associações locais. A colaboração do Parque nas actividades de ocupação das férias escolares, também da responsabilidade de Rosa Jardim, tem permitido que as crianças tenham contacto muito diversificado com o Património cultural e natural do PAVC, realizando actividades diversas: desenho, fotografia, bicicleta todo-o-terreno (BTT), canoagem, “caça ao tesouro”, etc.

¹⁷ Cabe aqui destacar a Oficina de Arqueologia Experimental. Aproveitando os trabalhos de arqueologia experimental iniciados por Thierry Aubry, prosseguidos também por Jorge Sampaio, arqueólogo do PAVC, desenvolveram ambos uma oficina dedicada ao público, tornando-se claro que esta vertente da investigação tem grande potencial para a criação de oficinas e

actividades educativas de relação com o visitante. Actualmente Thierry Aubry e Jorge Sampaio aprofundam a vertente de investigação em Arqueologia experimental, enquanto Pedro Nuno Pinto, guia do Parque, realiza uma Oficina de Arqueologia Experimental e demonstrações para os visitantes. Uma outra oficina, de olaria, é dinamizada por uma guia do Parque, Helena Garrido que teve, para o efeito, uma formação prolongada. O facto de haver antigos centros oleiros na área do Parque ditou o tema. Actualmente está em desenvolvimento uma outra oficina, de Arte Rupestre, por parte de uma outra guia do Parque, Delfina Bazaréu. Carla Magalhães, assistente de arqueólogo, actualmente a fazer a licenciatura, desenvolve, de forma esporádica, uma oficina designada “O Arqueólogo no Laboratório”.

Incluem habitualmente opção de almoço e uma visita à quinta. Fernando Dias, guia do Parque, actualmente com outras funções e formação superior em Marketing e Turismo, complementada com formação e experiência em enologia, conduz boa parte destas visitas.

Jaime Abrunhosa, a pessoa que tem a seu cargo a manutenção das viaturas do Parque. Com ele colaboraram na organização destas visitas Aldina Regalo, guia do PAVC, licenciada em Gestão e Desenvolvimento Social, e Ângela Junqueiro.

Que futuro para a visita ao Parque?

Assim, aos três núcleos que estão, desde o início, em visita pública – Cana do Inferno, Penascosa e Ribeira de Piscos –, acrescentou-se, nesta modalidade de visita sazonal, o Fariseu. Todos os outros – com excepção da Quinta da Barca, que esperamos poder colocar em visita pública a breve trecho –, têm visibilidade muito menor e são muito menos atractivos para o público não especializado.

A arte rupestre do período mais arcaico, que arranca há cerca de 25 000 anos antes do presente, é também a mais visível: traço grosso, picotado ou abradido, profundo, que se vê bem sem auxílio de luz artificial. Todos estes núcleos em visita permanente localizam-se no coração do Parque, a área mais central, onde se situam também os mais relevantes vestígios de ocupação humana coeva: sítios como o Fariseu, as Olgas, Almendra ou Cardina, no fundo do vale. É esta área, simultaneamente mais rica e mais sensível do ponto de vista do Património arqueológico, que corresponde também à metade setentrional da Zona de Protecção Especial (ZPE) do Vale do Côa, que tem sido objecto de uma destacada acção da Associação Transumância e Natureza. Na área do Parque virada ao meio-dia, nos concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo e Pinhel, em terrenos entretanto adquiridos por esta associação com o propósito de neles promover a conservação da Natureza, situa-se o núcleo de arte rupestre da Faia, ao qual só é possível aceder através de uma difícil caminhada, e que será colocado em visita pública essencialmente por técnicos desta associação, que poderão mostrá-lo aos mais audazes, sem que coloquem em risco a nidificação das numerosas espécies de avifauna presentes na Faia Brava²³.

Em torno do futuro Museu do Côa há inúmeros núcleos de arte rupestre já identificados em prospecção, muitos deles da fase final do Paleolítico superior. Esta arte *Magdalenense* é muito menos visível: traços incisos, muito finos e delídos, que só o recurso a luz rasante de focos mantidos por geradores poderá iluminar e mostrar com qualidade. É sobre estes que a criatividade e engenho na preparação de visitas deve agora incidir, tal como há 13 anos se criou o actual sistema de visita pública. Dois deles estão neste momento em fase de estudo para preparação da visita pública.

Erguendo-se o museu no extremo Norte do Parque, junto a Vila Nova de Foz Côa, fora da ZPE do Vale do Côa, área menos crítica do ponto de vista da conservação, a pressão do maior número de visitantes deve exercer-se sobretudo aqui, complementada com a visita equilibrada e regrada à área central do Parque. Para que o aproveitamento turístico do futuro museu não comprometa, por menos reflectido ou assente em objectivos de mais curto prazo, a conservação do Património arqueológico e da Natureza, e a qualidade da paisagem, importa que a gestão decorra da investigação e tenha como objectivos os que a lei consigna:

“a) proteger, conservar e divulgar o património arqueológico;

b) desenvolver acções tendentes à salvaguarda dos valores culturais e naturais [...];

c) promover o desenvolvimento económico e a qualidade de vida das populações e das comunidades abrangidas” (art.º 3º, DL 131/2002 de 11 de Maio)²⁴.

Trabalha-se para cumprir estes objectivos de forma articulada: investiga-se para que se divulgue e proteja, salvaguardam-se os valores naturais e culturais do território que são o contexto da própria arte; promove-se o desenvolvimento, pois não se protege *contra as pessoas*, é necessário que as comunidades se envolvam neste propósito. Para mais, a qualidade de vida das populações é a base de um território ordenado, mas sabemos como, no interior português, estamos distantes desse desiderato.

É essencial pensar em cada um destes objectivos de forma equilibrada, balanceada com os demais. O museu é aqui peça importante. Servirá, para os visitantes, de ponto de entrada, acolhimento e distribuição. Alguma procura não irá mais além. Outra sim, desejavelmente, já mais informada e organizada no uso que fará do território. O sistema de visitas estabelecido aquando da criação do Parque e que se vem, com o tempo, diversificando e complexificando, sem que se tenha desvirtuado, é uma garantia de qualidade da visita, de salvaguarda do Património, e contém um grande potencial de crescimento. Se depende do número de guias, não assenta necessariamente em guias do Parque. Desde o início que se criaram protocolos com empresas de animação turística que, elas próprias, uma vez dispondo de guias habilitados a mostrar a arte rupestre, conduzem os visitantes²⁵.

Estes operadores que estão, no preciso momento em que escrevo, a frequentar um curso de guias²⁶ para que a procura, que se prevê maior aquando da abertura do museu, tenha resposta mais adequada, ajudam a estabilizar o número de visitas guiadas ao Parque e poderão vir a aumentar muito substancialmente a oferta.

Com a realização de dois cursos de guias num período curto, de um curso de Arqueologia experimental e de um outro de olaria, bem como com a formação na área dos serviços educativos²⁴, destinados a ampliar a oferta em visitas e actividades educativas, foi possível, simultaneamente, preparar uma mais ampla divulgação: com o apoio da Associação de Municípios e da AIBT do Vale do Côa editaram-se brochuras de divulgação dos vários núcleos de arte, em quatro línguas, e de várias actividades disponíveis para o visitante, bem como um novo livro-guia do visitante do Parque. Prepara-se actualmente divulgação conjunta do Côa e de Siega Verde, em percursos que liguem os dois sítios arqueológicos, no âmbito de programa transfronteiriço com financiamento comunitário.

Uma das brochuras editadas convida o visitante a percorrer o perímetro do Parque, de aldeia em aldeia. Foi recentemente promovida pela Associação Transumância e Natureza, em colaboração com os municípios e o PAVC, e com financiamento da AIBT do Vale do Côa, uma grande rota, em percurso pedestre de mais de 20 km no ► 131

²³ Para a visita a este núcleo há um centro de interpretação e recepção que estará concluído quando as visitas se iniciarem, em 2009, por iniciativa da Câmara Municipal de Pinhel, com a colaboração do Parque Arqueológico e da Associação Transumância e Natureza [apoio da Acção Integrada de Base Territorial (AIBT) do Vale do Côa].

²⁴ Que “Estabelece a forma de criação e gestão de parques arqueológicos, bem como os objectivos, o conteúdo material e o conteúdo documental do plano de ordenamento de parque arqueológico”.

²⁵ Bastando para tal que avisem o Serviço de Marcações do PAVC, para que não haja sobreposição de visitas no mesmo local à mesma hora.

²⁶ Curso promovido pelo Parque, em colaboração com uma empresa de formação, destinado aos operadores de empresas de animação turística, associações, etc. Não foi possível obter financiamento por impossibilidade de enquadramento nos actuais instrumentos de política pública para a qualificação dos recursos humanos. A formação que foi anteriormente realizada na área do PAVC com o apoio da AIBT do Vale do Côa, não encontra qualquer enquadramento no Programa Operacional do Potencial Humano (POPH), facto que se lamenta.

²⁷ Cursos que foram financiados pela AIBT do Vale do Côa e resultaram de uma parceria entre o Parque Arqueológico e a empresa Setepés.

interior do território do Parque Arqueológico. Este tipo de visitas e percursos, que complementam as visitas à arte, são fundamentais para criar oferta e libertar pressão sobre as áreas mais sensíveis.

O lugar do Parque e Museu na dinâmica da região

Mas não só no turismo e negócios que em torno dele se geram se poderá alicerçar “a qualidade de vida das comunidades” que a legislação refere. Através de uma programação cultural continuada, de actividades permanentes junto das escolas, dos lares e centros de dia, da conservação da Natureza e ordenamento do território, da aproximação a outras realidades e intercâmbio cultural – e aqui merece especial destaque a colaboração com a Junta de Castela e Leão, que visa estreitar a cooperação entre o Côa e Siega Verde e, no futuro, gerir em parceria os dois sítios arqueológicos –, se constrói a vida das comunidades.

O indicador de medida não pode ser apenas o número de visitantes, traduzido em vendas de bilhetes ou “merchandising”.

Os indicadores terão de ser também outros. E têm de ser medidos junto de amplos sectores das comunidades residentes. Contam-se pelo número de estágios feitos pelos alunos das escolas locais, pelas actividades em que os mais idosos participam, pela frequência de chegadas de investigadores e estudantes de outros pontos do país e do estrangeiro, pelas actividades junto do ensino pré-escolar...

E também pelas acções realizadas em colaboração.

Entre 2004 e 2007, o objectivo central da actividade do Parque, enquanto se procurava melhor adequar a oferta à procura do público, foi o de estabelecer pontes de contacto e colaboração com todas as autarquias, Câmaras e Juntas de Freguesia, com as mais dinâmicas associações – Transumância e Natureza, Associação Cultural, Desportiva e Recreativa (ACDR) de Freixo de Numão, Associação para a Promoção da Arte e Cultura do Vale do Côa e Douro Superior (APDARC), ACDR do Pocinho, Luzlinear... são algumas delas –, com as escolas e outros organismos da Administração Central, como a Direcção Regional de Agricultura, com entidades privadas, como a Quinta de Ervamoira.

Tudo ganharemos numa profícua colaboração que, aliás, tem existido, e cabe-nos realçar o apoio permanente das câmaras municipais de Foz Côa e de Pinhel, de que destacamos um ilustrado apoio à conservação da Natureza e à qualidade da paisagem, dos municípios de Figueira de Castelo Rodrigo e da Meda, das empresas municipais dos municípios do Parque, das associações e entidades que referimos. Mas esta colaboração não é formalizada e, com algumas entidades, é menos profunda e menos regular do que poderia e deveria ser ²⁴.

As AIBT terminaram e sabemos como, em territórios periféricos e de “baixa densidade”, poderiam fazer a diferença ²⁵. Recentemente, em outros territórios similares, olha-se para os PROVERE – Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos com esperança. Mas é difícil, quando não existe previamente uma estrutura organizada, sólida e com dimensão, montar uma estratégia sustentada, enraizada para um território.

O Côa é em parte Douro e em parte escapa-lhe, dirige-se a Sul, nasce no Sabugal, e olha a Oriente. É de vocação raiana. Esta ponte que estabelece com o Douro, e com a Meseta, com o Mondego, o Zêzere e o Tejo, é geográfica, é histórica – pré-histórica... – e deve, a nosso ver, ser valorizada. A recente candidatura de Siega Verde a Património mundial como extensão do Côa, é significativa. O Parque do Côa é um imenso repositório, de dimensão mundial, de conhecimento e arte, é um território relevante para a conservação da Natureza, mas é também constituído pelas pessoas que o habitam e o mantêm vivo e pelos visitantes que o procuram.

Fica patente esta realidade nos textos que acompanham este, uns mais longos, outros em jeito de apontamento. Fazem um ponto da situação hoje. No momento em que o Parque aguarda ainda a promulgação do Decreto Regulamentar de criação, que lhe trará de novo competências sobre o território, que hoje não tem, e que virá a ditar o prazo para a elaboração do Plano de Ordenamento. Momento em que se reflecte sobre o seu modelo de gestão futura. Cabe aqui referir que, na sequência de uma encomenda, por parte da Associação de Municípios do Vale do Côa ²⁷, de um plano estratégico para o desenvolvimento turístico da região, o documento elaborado ²⁸ preconiza que o desenvolvimento regional deve assentar na dinâmica do Museu do Côa, e na designada “alteração do modelo de

negócio do Parque Arqueológico”. Neste desiderato, a mesma Associação de Municípios propõe-se gerir em parceria com a Administração Central e agentes privados o Parque Arqueológico do Vale do Côa e o Museu do Côa. Por ser matéria ponderosa e da qual depende o futuro do PAVC, Património mundial, esta questão, localmente hoje muito debatida, terá de ser profundamente reflectida pelas entidades de tutela.

Poderá ser possível, no médio prazo, no âmbito de uma plataforma mais vasta, ibérica, e cuidadosamente construída, gerir o Património do Côa a Siega Verde. Aqui se incluindo parceiros diversos, como associações, seja a gerir a ZPE do Vale do Côa ou a cuidar das visitas, entidades com vocação turística a assegurar a promoção e animação, ou ligadas à cultura a concorrer para a dinamização do Parque e Museu, marcando a dinâmica da região.

Uma região que está em processo de desertificação há séculos, a documentação espelha-o sem margem para dúvidas desde o século XVI... Povoou-se e urbanizou-se, por vontade do poder régio, na construção da nacionalidade. Havia um propósito: organizar e integrar um território, o que passou por trazer gente e criar centros, as vilas baixo-medievais. Por isso se fizeram, muitas delas de raiz, como a vila nova da foz do Côa. E para tal se trouxeram povoadores. Um esforço que deu frutos, por algumas centenas de anos. Possamos hoje daí colher ensinamento.

²⁴ Foi nossa proposta, secundando, neste caso, proposta da equipa técnica da Associação de Municípios do Vale do Côa, que o Parque Arqueológico venha a formalizar e aprofundar esta rede de colaborações, criando um Conselho Estratégico de apoio à gestão. Trata-se, na nossa óptica, de um conselho orientado para a gestão estratégica, usando para o efeito métodos e técnicas adequados, que efectivamente o posicionem no centro da elaboração dos planos de actividade e orçamento e seu acompanhamento. E que possa vir a deter, em permanência, uma equipa que monitorize o desempenho dos vários indicadores definidos. Aplicar-se-ia assim boa parte da visão para a gestão estratégica dos organismos da Administração Pública veiculada através dos cursos para dirigentes ministrados pelo Instituto Nacional de Administração (INA).

²⁵ Deve ser destacado o excelente trabalho, por todos reconhecido, realizado pelo último coordenador da AIBT do Vale do Côa, Dr. Joaquim Felício, que permitiu levar a bom termo projectos como o próprio Museu do Côa, bem como a atenção que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR) deu à região do Côa.

²⁷ Constituída por dez municípios: Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Freixo de Espada à Cinta, Meda, Mogadouro, Pinhel, Sabugal, Torre de Moncorvo, Trancoso e Vila Nova de Foz Côa.

²⁸ Pela empresa Augusto Mateus & Associados.